



ATA Nº 4/2014

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta do Deputado João Luís Bispo Mota Bogalho e do Presidente de Junta de Freguesia de Asseiceira, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (28 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 3/2014 referente à sessão ordinária de 28 de junho. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2014 por maioria dos presentes, com 26 votos a favor e 2 abstenções do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior e do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** apresentada por escrito e que se transcreve na íntegra: -----

----- “Abstive-me, mais uma vez, na votação da acta da sessão anterior desta Assembleia Municipal, datada de 28.06.2014, porque continuo a verificar que frases que eu considero serem de elevada responsabilidade proferidas pela Srª. Presidente da Câmara Municipal, não constam das actas. Trata-se de afirmações que considero



serem relevantes sob o ponto de vista político, por inerência do cargo que a autora das mesmas ocupa, pelo que, a meu ver, devia ser absolutamente essencial que tais palavras constassem das actas, recordando, a este propósito, que a Lei estabelece que «será lavrada acta, que conterà um resumo de tudo o que nela tiver ocorrido, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações» (Cfr. Artigo 27º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo - CPA). Ora, eu entendo que a expressão «um resumo de tudo», que a Lei expressamente prevê, está em dissonância com a realidade, pois que tenho verificado que algumas afirmações relevantes sobre os «assuntos apreciados» não constam das actas. Por conseguinte, considero que as actas referidas não são a transcrição fiel das gravações, conforme exige o disposto no nº 5 do Artigo 67º do próprio Regimento da Assembleia Municipal de Rio Maior, onde se lê que «para o efeito é da responsabilidade da Câmara assegurar a transcrição em formato de texto das gravações das sessões». Neste sentido, voltei a abster-me na votação, uma vez que considero que as actas, tal como esta, estão incompletas ao não figurarem nelas as afirmações acima referidas, proferidas pela Sr.ª Presidente da Edilidade, sendo que mantereí o mesmo sentido de voto em futuras aprovações de actas, enquanto continuar a verificar esta desconformidade”.

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal e também de um convite dirigido a todos os membros da Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que a leitura integral do convite constituiu uma exceção porque se reportava ao próprio dia e não faria sentido fazer o convite sem o ler e perceber o que estava em causa. Informou que houve uma reunião da Comissão Permanente com a seguinte ordem de trabalhos: ponto 1 – apresentação de proposta de eleição para a comissão para a revisão do regimento que foi consensual, como aliás todas as deliberações da Comissão, e que a mesma será composta por: em representação da Coligação Juntos pelo Futuro, António Figueiredo, pelo PS, António Moreira, pela CDU, Antónia Correia, pelo MICRM, João Vargas e pela UMA, Maria Amélia Simão. Ponto 2 - redistribuição dos tempos de intervenção do período da ordem do dia. E, esta questão colocou-se perante a posição tomada pelo Deputado Rui Miguel, embora



nunca formalizada, de deixar de integrar o grupo municipal do Partido Socialista e que, como tal, se entendeu que lhe devia ser atribuído tempo. Deu conhecimento que os tempos teriam a seguinte distribuição: ao Deputado Rui Miguel os 4 minutos, que é o tempo mínimo estabelecido, a Coligação Juntos pelo Futuro, 25 minutos, o Partido Socialista, 13 minutos, mantendo-se para os restantes agrupamentos os tempos anteriormente determinados. Por fim, o 3º ponto foi ouvir a Comissão Permanente sobre o pedido formulado pelo Deputado Ivan Costa para a disponibilização das gravações em formato mp3 das sessões da Assembleia Municipal, tendo em conta as circunstâncias das atas terem sido já aprovadas na mesma. Informou que não foi ainda dada resposta a esse pedido porque a ata da Comissão Permanente acabou de ser assinada e portanto que o que foi decidido, por unanimidade, foi que considerando que as atas foram aprovadas e não foi arguida a sua falsidade, recusar essa disponibilização, sem embargo de se reconhecer a todos os membros da Assembleia Municipal o direito a terem acesso as gravações das sessões após a sua realização, em particular no período que medeia o envio do projeto da ata e do termo do período para reclamarem da respetiva redação. Acrescentou que esse direito será exercido nas instalações da câmara municipal, devendo ser enviada recomendação à câmara municipal no sentido desta propiciar aos membros da Assembleia que o requererem a audição daquelas gravações, embora sem possibilidade de as copiar. Disse que a recomendação será enviada, na próxima segunda-feira, à câmara com cópia da ata da Comissão Permanente e será respondido formalmente ao senhor Deputado Ivan Costa. Quanto à 4º questão referiu que tinha a ver com o cartão especial de identificação que foram entregues aos diversos grupos parlamentares nesta sessão. --

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----
----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----
----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz -----
----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----
----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas -----
----- Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa -----
----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----



----- Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputada Inês Guerra Vargas -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dar os parabéns da forma como decorreu a FRIMOR este ano e a exposição. -----

----- De seguida disse que Assentiz já tem casa mortuária e casas de banho de apoio à atividades religiosas e que para isso contribuiu o povo de Assentiz, a junta de freguesia e a câmara municipal, a quem endereçou os seus agradecimentos por todo o apoio dado. -----

----- Questionou em que fase se encontra a remodelação do abastecimento de água à Vila de Marmeleira. -----

----- Informou que irá realizar-se em Assentiz a atividade Reanima e que de seguida será feita a apresentação do quarto livro do Senhor Rui Marcelino, escritor natural da Vila de Marmeleira. A seu pedido convidou todos a estarem presentes e também que parte do lucro de todos os livros vendidos no concelho de Rio Maior, revertem a favor das associações locais. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Considerou que a FRIMOR foi do agrado de todos e que o ponto principal a salientar foi o trabalho das juntas de freguesias na divulgação daquilo que se em cada uma delas, as suas empresas e tudo aquilo que é produzido nas freguesias. Disse que se trata de uma grande inovação e que é, talvez, em sua opinião, o caminho a seguir para dar continuidade a uma feira que estava quase moribunda e que necessita ser revitalizada. Deu, por tudo isso, os parabéns ao executivo e aos responsáveis pelo certame. -----



----- Agradeceu ainda pela colocação da sinalética direccional e referiu-se à passagem para peões no centro da cidade que desde a requalificação ficou com um pequeno defeito que tem provocado alguns acidentes, em especial com pessoas mais idosas, que é uma saliência cerca de 2 cm com a qual não se está a contar, não está assinalado, as pessoas tropeçam e algumas delas necessitaram, inclusive, de cuidados hospitalares. -----

----- Acerca da deslocação de terras nos areiros referiu-se às grandes movimentações que se têm feito junto à estrada da Azinheira em direcção a Quintas/Arruda/Outeiro, alertando que estão novamente a retirar terra até cerca de vinte metros da estrada. Disse que ninguém sabe o que ali se passa, se existe licenciamento ou se as movimentações que estão a ser feitas são permitidas tão próximo da estrada, se o corte da estrada D. Maria, ligação do Alto da Serra à estrada que das Quintas/Arruda/Outeiro, é do conhecimento de alguém ou se é permitido. Saliu que era da maior importância olhar para esta situação e verificar, de facto se os areiros estão a chegar à estrada porque os proprietários têm mais terrenos comprados e vão alongando esta situação com o corte, inclusive, de linhas de água. –

----- Quanto à ligação da Estrada 114/Zona Industrial/Azinheira questionou qual vai ser o traçado definitivo, qual a previsão para a sua construção e como é que vai ser feita. -----

----- Solicitou esclarecimento acerca dos critérios utilizados para atribuição das escolas e edifícios públicos devolutos às várias associações. -----

----- Por fim questionou acerca do evento com que a população do concelho de Rio Maior se viu confrontada, quem o autorizou, já que este tem a duração de três dias e o som que dali vem é insuportável para quem quer precisa de dormir e trabalhar. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por informar que continua sem números de polícia e que, como ele, muitas mais pessoas do concelho estarão na mesma situação. -----

----- Alertou ainda que com a chuva que tem caído não se pode circular com segurança na Estrada 114 que liga o Gato Preto à Zona Industrial e que os riscos que se correm, seja para quem circula de bicicleta seja mesmo em termos de segurança rodoviária, o risco é grande devido aos lençóis de água na zona da Sibelco e considerou que este é um problema que tem de ser resolvido. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Fráguas** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com a inauguração do Centro Escolar de Santo António que na opinião de muitos, e também na sua, é melhor centro escolar do concelho seja pela obra em si seja pelo espaço envolvente. Continuou dizendo que numa altura em que tudo tem vindo a fechar no meio rural uma infraestrutura desta qualidade é um orgulho para todos e um investimento nas crianças. Disse sentir-se satisfeito com a forma como a Câmara Municipal conduziu a carta educativa e agradeceu a todos o empenho na realização desta obra que, na sua inauguração, contou com a presença do Secretário de Estado da Educação e muitos outros convidados desde pais das crianças, autarcas, etc., que no final da inauguração e visita participaram no almoço oferecido na coletividade de Fráguas. Agradeceu, por isso, a todos os que aceitaram o convite da Câmara para estarem em Fráguas e salientou a ausência do grupo municipal do Partido Socialista. Fez saber que já foi dado início ao ano letivo com uma nova experiência de transporte das crianças das freguesias abrangidas, União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisos, São Sebastião e Fráguas, decorrendo tudo dentro da normalidade e com grande expectativa. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Começou por se referir à questão das lagoas do areeiro próximo das instalações da Enoport, que têm provocado acesa polémica pelas obras de terraplanagem que ali decorrem e que já taparam grande parte de uma das lagoas. Solicitou duas informações ao executivo, concretamente se foi concedido pela câmara municipal algum licenciamento ao proprietário e se nesse licenciamento consta a autorização para algum tipo de intervenção/ação naquele local. Disse que gostaria de saber qual é o tipo de teor de licenciamento, o que é que o proprietário podia fazer no seu terreno e, se possível, que lhe fosse fornecida uma cópia desse documento, caso ele exista. Ainda sobre o mesmo assunto, referiu que corre o boato na cidade de que irá nascer naquele local uma grande superfície comercial daqui a algum tempo e questionou o executivo municipal se tem alguma informação sobre o assunto ou se se trata de mera especulação sem qualquer fundamento. -----

----- Questionou também se existem, neste momento, voluntários individuais ou grupo de pessoas voluntárias e a título gratuito a colaborarem com o canil municipal em estreita articulação e com o acordo do veterinário do município. -----



----- Para terminar fez uma intervenção sobre a realização de uma tourada no âmbito da realização da FRIMOR que, a pedido do próprio, se transcreve na íntegra conforme texto remetido por escrito: -----

----- “Deixo aqui um «Voto de Protesto», ou como lhe queiram chamar, relativamente à recente realização de uma tourada em Rio Maior, por alturas da FRIMOR 2014. -----

----- Faço-o por uma questão de consciência cívica e pessoal, não estando vinculando a esta minha posição o partido que aqui represento. -----

----- Com efeito, integrando este órgão, é meu dever dar voz aos Riomaiorenses que, tal como eu, se opõem a quaisquer práticas, sejam elas tradicionais ou não, que inflijam sofrimento e derramamento de sangue aos animais para puro efeito de diversão e gáudio de multidões. -----

----- Respeito quem gosta de touradas, porque cada um é livre de gostar do que entender (e gostos não se discutem), mas não me parece que a realização de um espectáculo deste género diferencie Rio Maior das restantes localidades, nem me parece que tal seja propriamente prestigiante, além de que a nossa cidade não possui qualquer tradição na chamada «Festa Brava». -----

----- A decisão de realizar uma tourada em Rio Maior, foi uma decisão exclusivamente política, que responsabiliza directamente aos olhos da população quem a tomou. -----

----- Não troco a minha consciência por votos mesmo que no partido que represento existam adeptos fervorosos das touradas (e é me indiferente que também nos tempos em que o PS esteve no poder nesta autarquia se tenham realizado touradas, até porque nada tenho que ver com essas decisões e porque não integrava os órgãos autárquicos de então – e se os tivesse integrado seria o primeiro a opor-me), pelo que, seja nesta Assembleia Municipal ou em qualquer órgão autárquico ou administrativo a que pertencesse, em Portugal ou em qualquer país do mundo, a minha posição seria sempre esta. -----

----- Neste particular, não estou com o PS nem com nenhum outro partido ou ideologia política; estou com todos aqueles que se opõem ao sofrimento dos animais para efeitos de mera diversão, e estou pelo Partido da Defesa dos Direitos dos Animais”. -----

----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Registou, positivamente, a colocação na cidade da sinalização vertical informativa. -----

----- De seguida questionou se a câmara pode disponibilizar uma lista de edifícios públicos que têm fibrocimento ou amianto e ainda se, à semelhança da Avenida Paulo VI, para quando é que está prevista a substituição das passadeiras em calçada. -----

----- Por último solicitou informações relativamente à atual situação da lagoa do areeiro e se já existe alguma resposta da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- **Presidente da Junta da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Relativamente à FRIMOR afirmou que salta à vista de todos os que visitaram a feira das cebolas deste ano a capacidade de a câmara municipal organizar um evento capaz de agradar aos visitantes e, não menos importante, de agradar também aos empresários da região que aproveitam esta exposição para darem a conhecer os seus produtos ou serviços a todos que a visitaram. Disse ainda que se pôde assistir a espetáculos equestres de grande qualidade, a espetáculos musicais, que não fazendo o seu género, atraíram grande número de espectadores e ainda a outras atividades culturais e desportivas que decorreram paralelamente à FRIMOR e que de uma forma geral contribuíram de forma decisiva para o sucesso da feira. Considerou, no entanto, que aquilo que mais se destacou foi a instalação, no piso superior do pavilhão multiusos, de uma mostra agroalimentar de produtores da terra, que são aqueles que, no fundo, criam a verdadeira riqueza desta região com produtos de excelência e absorção de mão-de-obra. Salientou que esta mostra veio ainda beneficiar os vizinhos stands das freguesias, que como pôde constatar foram este ano mais visitados que nunca. Continuou afirmando que pelo evoluir desta feira ao longo dos últimos anos, se pode hoje afirmar que a FRIMOR vai no bom caminho e está para durar e, por isso, endereçou os parabéns à Câmara e em especial ao Vereador Lopes Candoso. -----

----- Referiu-se também ao transporte escolar das crianças da freguesia que representa, que este ano passaram a viver uma realidade diferente com o encerramento de dois jardins-de-infância e da EB do Outeiro da Cortiçada e a abertura do Centro Escolar de Santo António na Ribeira de Fráguas, salientando que até à data, duas semanas após o início das aulas, ainda nenhum encarregado de educação das crianças o contactou por qualquer problema surgido com o transporte. Disse que



normalmente, nesta altura, haviam sempre alguns ajustes a fazer e que a verdade é que, até à data, não houve qualquer registo de factos anómalos e como tal deixou o seu reconhecimento pelo trabalho atempado desenvolvido pela câmara municipal e em particular para a Senhora Vereadora da Educação, Dr.^a Ana Filomena Figueiredo.-
----- Por fim deixou uma reflexão que fez sobre uma situação bastante desagradável a que assistiu junto ao antigo tribunal da comarca de Rio Maior e hoje instância local da comarca de Santarém, onde eleitos e simpatizantes da CDU, que como todos sabem representam para além do Partido Comunista Português, o Partido ecologista “Os Verdes”, resolveram mostrar o seu desagrado pela perda de competências do tribunal, que ocorreu devido à reforma judiciária, colocando faixas negras alusivas a tal facto e que, a seu ver, o fizeram da pior forma possível prendendo faixas às árvores do jardim municipal com pregos de considerável dimensão. Referiu ainda a presença no local de um vereador eleito pela CDU, que não tendo pelouro atribuído não deixa, em sua opinião, de ter responsabilidade acrescida, e é uma mancha mais negra que as faixas ali pregadas e acrescentou que conhecendo-o como o conhece acredita que não deixará de fazer um pedido de desculpas aos riomaiorenses em geral e em particular aos que o elegeram acreditando que aquele seria um exemplo na defesa de causas ecológicas. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para ressaltar o papel importantíssimo que o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior teve no sucesso que a FRIMOR teve e lembrou que aquando da criação desse mesmo centro muitas vozes se levantaram dizendo que não era o projeto ideal para esta terra e que não era a forma ideal de se trabalhar. Considerou que esta é a prova que o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior está ativo, está na teia das empresas de Rio Maior e consegue fazer um movimento que gerou a grande novidade da feira que foi a mostra alimentar. Disse conhecer todos ou quase todos os produtores que ali estiveram a fazer mostra dos seus produtos, e disse acreditar que grande percentagem dos riomaiorenses não fazia ideia que em Rio Maior se produzia tanto com tanta diversidade e sobretudo com tanta qualidade. Endereçou os parabéns, em seu nome pessoal e da instituição que representa, ao Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior e à Câmara Municipal por saber aceitar o desafio do centro de negócios e poder levar a FRIMOR a bom porto. -----



----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para felicitar a Escola Superior de Desporto de Rio Maior pelos excelentes resultados das colocações para o ano letivo 2014/2015 informando que as cinco licenciaturas existentes tiveram uma colocação na ordem dos 90% muito acima dos resultados de outras escolas e de outros institutos politécnicos, representando um aumento de mais de cerca de duzentos e cinquenta novos alunos inscritos e que passarão a viver na cidade de Rio Maior. Deu ainda conhecimento da iniciativa pioneira no ensino superior politécnico que será a existência de uma licenciatura que irá funcionar simultaneamente em português e inglês e que irá trazer, no segundo semestre do ano letivo, várias dezenas de alunos estrangeiros para a cidade de Rio Maior, aumentando a internacionalização da escola e trazendo mais uma oportunidade para a cidade de Rio Maior. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a entristece e a confrange, um ano após estarem neste hemisfério, haver uma ordem de trabalhos com a carga social que esta tem e que a preocupa, como a todos os presentes, cada um com a sua orientação política, e à própria como líder do grupo municipal da CDU, o que a leva a concluir que desde o início a CDU tinha razão e continua a ter razão. Neste sentido e a título de exemplo, afirmou que há dez anos a esta parte, sob os governos do PSP/CDS e do PS, meio milhão de jovens abandonaram o país, revelando uma política de direita que tem vindo a ser desenvolvida e tem conduzindo o país ao estado que ele se encontra. Disse que aquilo que a CDU defende é um paradigma de formação integral, um homem interventivo a pensar por si, a questionar o próprio sistema, que é um sistema capitalista, com um espírito crítico, uma base de educação escolar que Abril quis fazer valer e que hoje se vê como um sistema educativo perfeitamente degradado, perfeitamente inoperante, e tão inoperante que o ano letivo começou com quatrocentos mil alunos sem aulas e seis mil professores ainda por colocar. Continuou dizendo que na saúde assistimos a um geronticídio no país, ou seja, os velhos estão a ser mortos, se ninguém tem coragem para dizer a CDU tem, estão a ser mortos, porque quando a saúde não funciona naquilo que é a base que são os cuidados primários da saúde, a mesma só pode estar de rastos, assim como a justiça. Em relação à justiça aproveitou para explicar a referência que foi feita às faixas negras



com os tais pregos que foram tidos como de dimensões consideráveis, dizendo que os pregos colocados nem sequer eram pregos eram agrafos e provavelmente o facto de terem sido mandadas retirar pelo próprio que se referiu à situação e depois ao serem colocadas novamente é que foram utilizados pregos grandes. Reafirmou que a CDU não colocou esses pregos de grandes dimensões nas árvores e que seguramente não pedirão desculpa porque algo que não fizeram. Quanto à defesa do Senhor Vereador visado afirmou que não irá fazer de sua defensora porque o próprio o fará quando o entender. -----

----- Afirmou ainda que o governo está a transformar as autarquias em meros administradores, em gestores daquilo que o poder central quer fazer, não dá qualquer capacidade de gestão, apoio financeiro e mesmo as uniões de freguesias foram um enorme flop porque as populações são incompatíveis umas com as outras e, por muito que se queira, não funciona. -----

----- Concluiu dizendo que a política de direita, do PSD, CDS e também do PS precisa de terminar porque, em seu entender, se não terminar esta política terminamos todos nós, terminam as autarquias, terminam as pessoas e o 25 de Abril, que é composto não só de liberdade para falar, mas também de liberdade para decidir. Terminou dizendo que há que por este Governo na rua. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que foi com grande surpresa que saiu semana na comunicação social um comunicado onde a DECO apresentou conclusões relativamente ao amianto numa escola do nosso concelho, sem mencionar no entanto a data da realização do estudo, que após confirmação se concluiu que teria sido realizado há um ano atrás. Congratulou-se, por isso, pelas rápidas diligências da intervenção efetuada pelo Executivo Municipal junto do Ministério da Educação com vista à remoção do telhado de fibrocimento do edifício da escola Fernando Casimiro Pereira da Silva. Disse ainda que também essas diligências possibilitaram a resolução de forma definitiva e em tempo recorde de um problema que infelizmente ainda pontua alguns edifícios em Portugal que existem, assim, dois fatores que deverão ser motivo de orgulho de todos os riomaiorenses: a abertura demonstrada pelo Ministério da Educação na resolução dos problemas e interesses a população escolar em Rio Maior e a rápida capacidade de intervenção do Executivo Municipal. Referiu que há, agora,



que partir para a escola EBI Marinhas do Sal, que carece também de ser intervencionada em termos de infraestruturas e informou que também esta escola tem motivos de orgulho para todos pelo primeiro prémio no concurso europeu ganho no âmbito do projeto “Engenious” elaborado em parceria com a indústria Carnes Nobre com o tema “Salsicheiro por um dia”. Disse ainda que o vídeo elaborado e submetido a este concurso foi votado a nível europeu e que na fase final lhes concedeu o primeiro prémio por um júri internacional e que, por isso, merece a homenagem de todos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Acerca da FRIMOR começou por relevar dois aspectos menos positivos: a data, porque considera que não lembra a ninguém que uma festa termine à terça-feira ainda mais quando se trata de uma festa associada aos trabalhos agrícolas e também a lógica promocional que tem sido feita por este executivo. Sobre este último acrescentou que eventos de dimensão nacional não podem ser lançados como uma conferência de imprensa vinte ou trinta dias antes, é uma pecha muito grande para Rio Maior, para os investidores, para a situação, e, em seu entender, a promoção tem que ser feita de forma mais profissional e mais atempada. Relevou também como aspecto negativo o cartaz musical e aquilo que se gastou com o mesmo, porque, considera que não existe justificação para gastar com cinco grupos treze mil e quinhentos euros mais IV quando nenhum deles tem ligações ao concelho. Disse que poderia haver formas muito melhores e artistas muito melhores e que o argumento de que é este tipo de espectáculo que as pessoas querem não colhe, porque, em seu entender, os executivos não podem fazer apenas aquilo que traz muita gente só por trazer muita gente e que era bom que houvesse algum cuidado com o cartaz. Por último, salientou que de facto o que foi verdadeiramente positivo foi a representatividade do sector agroalimentar, dizendo que foi bem aproveitada uma ideia que os vereadores socialistas lançaram há um ano antes sobre essa mesma situação, afirmando que gostou muito de ver as instituições representadas e principalmente as instituições do concelho. -----

----- De seguida congratulou-se pela inauguração do Centro Escolar de Fráguas, um processo iniciado antes deste executivo e que foi muito bem concluído com um investimento de um milhão e duzentos mil euros, dos quais a Câmara gastou provavelmente à volta de duzentos mil euros, lembrando que é mais ou menos metade



do que o executivo gastou na loja do cidadão e disse esperar que haja agora estratégia suficiente para se perceber como é que agora se tem que potenciar essa situação numa lógica policêntrica à volta das freguesias com união e afirmou que, sinceramente, não vê este executivo com essa capacidade. -----

----- Por fim, relativamente à questão dos areiros, solicitou à Presidente e ao Executivo Municipal que soubesse junto das autoridades quantos autos já foram levantados pelo facto de as ruas estarem completamente sujas e o que é que já foi feito porque, afirmou, se o executivo não fizer isso o Partido Socialista terá que fazer uma participação ao Ministério Público para saber que tipo de intervenção é que é feita nessa situação porque deixará para quem de direito as situações relativas à intervenção e que terão que ser tratadas num outro foro como a Presidente da Câmara explicou. Considerou que esta intervenção prejudica seriamente toda a gente e que nós, como cidadãos, temos obrigação de saber que tipo de ações foram feitas, que tipo de coimas, de multas, foram aplicadas em relação ao sujar das ruas dos areiros.-

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Afirmou que quanto à FRIMOR está tudo dito e endereçou os parabéns ao Executivo, ao Vereador Lopes Candoso e a todos que nela se empenharam, uma vez que correu realmente bem, e realçou as novidades introduzidas como, por exemplo, o regresso da prova de ciclismo. -----

----- Quanto às questões referidas Deputada Antónia Corrêa, disse ficar satisfeita pela lucidez que teve em verificar o estado em que se encontra o concelho e o país, que não caberá apenas à coligação mas muito e principalmente ao PS. Disse ainda que em relação às juntas de freguesia segundo informações que disponho as juntas de freguesia já começaram a receber, segundo informação que dispõe foram já transferidas as primeiras tranches que lhes competia conforme os acordos protocolares já assinados. -----

----- Endereçou os parabéns a todos aqueles que se empenharam na instalação do Centro Escolar das Fráguas, desde o projeto à realização da obra, e muito em especial à Presidente da Câmara e respetivo executivo, ao Presidente da Junta de Freguesia e às populações envolvidas, porque todos ficam a ganhar. Disse corroborar a opinião do senhor Presidente de Junta de que este é o centro escolar mais bonito do concelho e que isso se deve ao facto de ser um edifício bem estruturado, arquitectonicamente bem pensado, com muita luz, cores alegres, com recintos para as



crianças brincarem, quer interiores quer exteriores, muito acolhedores e ainda o facto de estar num único piso térreo ao contrário dos restantes centros escolares que têm dois pisos. Mais uma vez deu os parabéns à Junta de Freguesia, ao Executivo e às populações envolvidas pela forma fabulosa com que foram recebidos e o excelente almoço de convívio, parabéns esses que solicitou que fossem transmitidos, em nome da bancada da coligação, ao seu executivo da junta e à restante população. Neste contexto, perguntou para quando um outro centro escolar daquela natureza mais a sul do concelho, nomeadamente em Asseiceira, porque considera que todas as crianças do concelho merecem equipamentos daquela natureza. -----

----- Relativamente às escolas e em particular à EB1 da Asseiceira e jardim-de-infância, agradeceu e congratulou-se por finalmente aquele espaço, por acordo entre a Câmara Municipal e o Agrupamento Escolar, ter prolongamento de horário que era de facto uma necessidade premente dos pais e encarregados de educação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Relativamente às afirmações da Deputada Antónia Corrêa acerca da justiça disse que há que reconhecer a culpa e a teimosia, da Ministra da Justiça pelo estado em que esta se encontra. -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes e justificou a ausência do Vice-Presidente por se encontrar de férias. -----

----- Iniciou por dizer à Presidente da Junta da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz que a Câmara irá estar representada no lançamento do livro de Rui Marcelino pela Vereadora da Cultura, e esclareceu que em relação à remodelação do projeto de ampliação da rede de abastecimento de águas o projeto sofreu uma alteração e que neste momento se aguarda a possibilidade para poder ser novamente lançado o concurso. -----

----- Em relação ao desnível existente na passagem de peões disse ter registado e disse também saber de algumas quedas ocorridas e que os serviços já identificaram a situação. Relativamente à estrada da Azinheira disse ir tentar averiguar o que se passa efetivamente assim como em relação ao corte da estrada D. Maria, deduzindo que tenha havido algum alerta por parte dos serviços, nomeadamente para a GNR que



é quem costuma acompanhar estas situações. Em relação à distribuição dos edifícios públicos encerrados, como por exemplo as escolas que ficaram entretanto sem atividade letiva, disse que a prioridade tem sido que aqueles espaços não fiquem fechados e a degradar-se e esclareceu que o contacto privilegiado da Câmara Municipal é sempre com as juntas de freguesia, ou seja, a cedência é sempre avaliada em primeira estância com as juntas, que por sua vez fazem protocolos com as associações ou indicam para a Câmara o fazer diretamente com aquelas que tenham interesse nisso, sendo disso exemplo o protocolo com a Cruz Vermelha relativamente à escola do Cidral ou noutras situações o protocolo é feito com a junta que depois o fará também com o movimento associativo. Quanto à questão sobre o evento que está a acontecer na Quinta de São Jorge na Vila da Marmeleira informou que foi elaborado um pedido para o fazer e que tinha condições para ser licenciado. Continuou dizendo que, inclusive, foi feita uma vistoria por uma comissão composta por diversos departamentos da Câmara, pelos Bombeiros Voluntários, a delegação de saúde, a Junta de Freguesia, o Comando Territorial da GNR e a Proteção Civil, após a qual foram emitidas licenças no âmbito das competências das entidades, havendo também um reforço do policiamento. Reforçou que se trata de um evento privado em área privada para o qual a Câmara fez todos os procedimentos para assegurar a legalidade e salvaguardar todas as situações. -----

----- Quanto à questão da atribuição dos números de polícia no Pé da Serra esclareceu que esta se encontra na fase final da identificação e segue-se todo o trabalho para a colocação, que depois seguirá para Vale da Laranja, Várzea, etc.. Afirmou que este processo está já num avançado estado de evolução e que espera que na próxima Assembleia os mesmos já estejam colocados. Relativamente à requalificação da Estrada 114 disse que como é sabido desde Janeiro de 2009 havia um protocolo entre município de Rio Maior e a Estradas de Portugal, homologado pelo Secretário de Estado dos Transportes, sobre o qual lhe disseram, numa das primeiras reuniões, que protocolos como aquele existiam cerca de duzentos a nível nacional e que continuava a ser um compromisso avançar com a requalificação da Estrada 114. Esclareceu que esse projeto já sofreu várias alterações mas que o projeto está concluído e inclui também o projeto de iluminação que engloba também a requalificação e a ligação da Estrada da Azinheira à Estrada 114. Referiu que o traçado envolvia também a Sibelco, em que esta assumia a construção da rotunda e que neste momento existem um conjunto de ofícios enviados pela Estradas de



Portugal em que estes admitem não ter condições para avançar com esta requalificação e que no limite, e no desespero de causa, o que disse é que no âmbito do novo quadro comunitário, porque embora se diga que não haverá apoios para execução de estradas poderá haver para vias de acesso a parques industriais ou zonas industriais, e que é essa via que se tentará candidatar esta obra, após a Estradas de Portugal, se não avançar a própria com a obra, fazer um protocolo de gestão para poder ser a Câmara a avançar. Salientou que esta é uma possibilidade a ter em conta que ainda não é definitiva. Realçou ainda que o projeto foi feito pela Estradas de Portugal, o levantamento foi feito por técnicos da Estradas de Portugal e que os próprios considerarão que se trata de uma zona que necessita de intervenção quer pelo fluxo de movimento quer para manter a segurança rodoviária. -----

----- Acerca do Centro Escolar de Santo António lembrou que este centro escolar estava no âmbito da carta educativa que foi elaborada em 2006, alterada em 2010, e que atualmente decorre uma nova revisão e que, efetivamente, está contemplado um outro centro escolar no âmbito dessa carta educativa. -----

----- Sobre o licenciamento dos trabalhos que decorrem no areeiro disse que a competência da Câmara Municipal é em licenciamento urbanísticos e que este não é o caso. Continuou dizendo que perante isso a câmara desde o início destes trabalhos que solicitou à Direção Regional de Economia informação acerca dos mesmos, que por sua vez veio dizer que a matéria está no âmbito das competências da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo pelo que direcionaram o pedido para aquela entidade e um conjunto de outras entidades e até esta data não foi obtida resposta alguma sobre o que se está a passar, se existe algum licenciamento para os trabalhos que se estão a ser desenvolvidos pelo proprietário. Disse também que foi a primeira vez que ouviu falar numa unidade comercial para aquele local e que não existe conhecimento de qualquer intenção de construir ali. -----

----- Informou que não existe nenhuma ação de voluntariado no âmbito das atividades do canil municipal. Referiu ainda que devido a uma reclamação apresentada na Assembleia da República, em que é visada, pediu um ponto de situação ao veterinário municipal, funcionário da câmara há já uma série de anos, onde este vem informar que o canil municipal está aberto todos os dias das 8 às 10.30 horas, com exceção das terças e quintas feiras em que o horário é das 8 às 12 horas, com a presença do veterinário municipal, porque não se justifica, presentemente, a abertura do canil todo



o dia e faz ainda um conjunto de outras considerações em que considera que as situações constantes da denúncia enviada à Assembleia da República são exageradas. Continuou fazendo referência à visita que foi feita pelo Partido dos Animais, depois de uma denúncia para o Ministério Público, da qual foi elaborado um relatório que tece algumas considerações que, numa primeira análise, vão contra toda esta onda que se tem criado à volta do canil municipal. Deu ainda conhecimento que foram adotados no ano de 2013 vinte e dois cães e no ano de 2014, até à data, doze cães. Referiu que a Comunidade Intermunicipal da Lezíria e do Tejo continua a trabalhar na criação de um canil intermunicipal, embora já no âmbito da nova legislação que entra em vigor no início de outubro e que vem trazer algumas alterações em relação aos canis, ao abate e a um conjunto de questões que são sensíveis a todos neste contexto. -----

----- Quanto à listagem de edifícios com amianto informou que esse trabalho está elaborado porque foi pedido há já algum tempo pela Comunidade Intermunicipal e que essa informação será disponibilizada à Deputada Suzana Candeias para conhecimento. -----

----- Acerca das informações publicadas acerca do amianto em escolas do concelho pela DECO disse ser lamentável ser publicado um estudo de abril de 2013 como se fosse de setembro de 2014, e que sem confirmar se os dados continuavam válidos e atuais envia esse relatório para o agrupamento de escolas e para a comunicação social que levou a um desmentido e a uma comunicação em como a situação estava resolvida mas que, não obstante esse esclarecimento, levou a que fosse questionada acerca qualidade do ambiente em sala embora, como referiu nesse esclarecimento, essa seja uma responsabilidade que compete a quem determina o tamanho das salas e número de alunos. -----

----- Acerca da data da FRIMOR disse que a mesma é aprovada em reunião de Câmara e que relativamente à conferência de imprensa trata-se de uma prática que anteriormente nem se fazia e que ocorreu cerca de duas semanas antes do início do certame. Disse ainda que a ideia é fazer com que a comunicação social esteja presente no momento da apresentação das atividades e da feira para as divulgar e promover. Sobre a questão do cartaz disse que não iria fazer qualquer comentário. ----

----- Por fim, sobre a questão da estrada suja devido aos trabalhos no areeiro, informou que têm sido feitas bastantes advertências para a GNR, que fiscaliza, e que têm sido levantados vários autos, aos quais não tem acesso. Referiu ainda que uma



altura houve em que o proprietário tinha a preocupação de passar água várias vezes e limpar, mas que segundo sabe ultimamente não tem acontecido. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Solicitou que lhe fosse facultada, por escrito, informação pormenorizada acerca do processo 1085/12 e sobre os factos que levaram a autora a interpor o processo em causa. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Eleição de Comissão para a revisão do Regimento da Assembleia Municipal** -----

----- Foi apresentada uma única lista designada por lista A (anexo 4). -----

----- Efetuada a votação por sufrágio secreto e escrutinados os votos foi eleita por unanimidade dos presentes a Lista A (27 presenças) (anexo 5). -----

----- **Ponto II – Relatório de acompanhamento trimestral ao PAEL – 2º Trimestre de 2014** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que a apresentação do relatório trimestral à Assembleia Municipal para monitorização e acompanhamento do programa decorre da própria adesão ao mesmo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Relativamente ao relatório de acompanhamento do PAEL do segundo trimestre referiu que, à imagem do anterior, se verificam duas grandes linhas que resultam das obrigações do acordo assinado, mas que são de louvar, a redução da dívida e também



a progressiva redução dos prazos dos pagamentos em atraso. Realçou também que restam ainda tomar algumas medidas que constam no respetivo acordo que podem ser substituídas desde que por outras com peso equivalente. Considerou que isso requer uma astúcia e engenho constantes porque a própria administração central por vezes não facilita a prossecução de certos planos, mas que com astúcia e engenho será possível tentar obviar a implementação de alguns dos pontos, e recordou que daqui a algum tempo virão a estudo algumas taxas ligadas à gestão dos recursos hídricos e dos resíduos por força da legislação e que isso irá onerar quer empresas, quer pessoas, pelo que reduz ainda mais a margem de manobra do município. Disse que gostaria também que todos tivessem a hombridade de compreender que politicamente e por questões eleitoralistas por vezes fazem-se opções que visam o voto, e que não compreende como muitos partidos, por vezes, são contra taxas, impostos, etc., quando a verdade é que a administração para existir tem que funcionar e que não conhece maneira nenhuma que a faça funcionar bem sem ser com recursos financeiros que se obtêm pela via dos impostos e taxas. Reiterou, no entanto, que a astúcia e o engenho permitem racionalizar, maximizar e utilizar da melhor forma esses recursos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 2 abstenções dos Deputados Municipais Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e Suzana Margarida dos Santos Candeias (27 presenças). -----

----- **Ponto III – Projeto de Regulamento Municipal de Transportes Escolares** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, esclarecendo que se trata de uma alteração ao regulamento já existente que vem incluir os circuitos especiais e a possibilidade de transporte de crianças que estão a três ou quatro km dos estabelecimentos escolares.-

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção porque entendem que a autarquia deveria estudar, quanto a esta questão, alternativas que beneficiassem melhor as partes. Entendem que a população tem uns transportes que não são dignos e no mapa pode verificar-se que são gastos cerca de trezentos e vinte e seis mil euros, entregues à rodoviária, para transportes escolares e que, eventualmente, essa verba poderia ser usada de outra forma e o transporte escolar ser de outra forma e que não



deve ser a autarquia a custar a rodoviária de uma forma indireta e como tal, em seu entender, há que reanalisar a questão do transporte escolar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 21 votos a favor e 6 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço e a Tesoureira da Junta de Freguesia da Asseiceira (27 presenças). -----

----- **Ponto IV – Constituição da Associação de Municípios do Vale do Tejo** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que Rio Maior faz parte dos vinte e um municípios que constituíam a Assembleia Distrital, que será extinta por força da lei, e que tem como património a colónia balnear da Nazaré e arquivo distrital de Santarém e uma oliveira em Ourém. Esclareceu que os municípios trabalharam no sentido de constituir uma associação de municípios para fins específicos para poderem ficar com o património. Disse haver prazos para essa constituição e que recentemente reuniram para que pudessem remeter à câmara e à assembleia de cada um deles os estatutos da nova associação e por poderem continuar a trabalhar com aquele património no sentido de o requalificar, nomeadamente a colónia balnear da Nazaré, para a qual já existe um projeto. Informou ainda que a assembleia distrital tem no banco cerca de trezentos e cinquenta mil euros e um valor igual em dívida por grande parte dos municípios, o que não é o caso de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou como é que vão ser representados os municípios nesta associação. -

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a representação decorre dos estatutos e será feita pelo presidente da câmara e/ou pelo vice-presidente que o substitui. Disse ainda que a eleição de quem representa e de quem obriga depois perante esta associação será um trabalho a desenvolver dentro da própria associação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Interveio para esclarecer que da interpretação que fez é que qualquer vereador das câmaras, não obstante ser a Presidente que representa o município de Rio Maior, pode ser eleito para os órgãos diretivos. -----



----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Acrescentou que os órgãos da associação são a assembleia intermunicipal e o conselho diretivo de acordo com os estatutos que foram discutidos no âmbito da Comunidade da Lezíria do Médio Tejo e que este documento é o que estará a votação em todas as câmaras e assembleias. Disse ainda que comissão directiva é o órgão executivo da associação e é composto por cinco elementos representantes dos municípios associados eleitos pela assembleia intermunicipal de entre os membros. ---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu e Cruz (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa**

que se transcreve na íntegra: -----

----- “É muito simples, eu por acaso até pretendia votar a favor porque penso que em quanto mais associações o concelho estiver inserido mais vantagens, à partida, terá mas realmente verificando que há algumas dúvidas e eventualmente omissões e situações, enfim, menos bem esclarecidas também não me sinto completamente à vontade para votar a favor, portanto abstenho-me.” -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos a favor este documento efetivamente está feito na medida daquilo que é possível, que é viável e que a construção jurídica é perfeitamente normal, bem lido e com calma as coisas estão cá. Nós votamos a favor porque a criação desta associação é uma maneira de garantir que o património da associação continue no distrito, seja a colónia balnear da Nazaré, o arquivo distrital e a dita oliveira, e isto permite que esta gestão fique na posse do município e que isto continue no distrito. A única coisa que nós esperamos e que chamamos à atenção da Senhora Presidente como elemento integrante, ou do vereador que for designado, como a Senhora Presidente assim o entender, como elemento integrante desta associação, é a questão do artigo 12º e da alínea o) porque esperamos sinceramente que esta alínea o) não venha a permitir, e esperamos isto com sinceridade e com franqueza, não venha a permitir a criação de mais um encargo para o município com, vai-me passar a grosseria da expressão, com a criação de mais um tacho. Esperamos sinceramente que isto não aconteça, estamos a votar sim em consciência e na esperança de que



aqui com esta alínea o) não se crie a abertura de uma porta para a criação de mais um encargo para o município.” -----

----- **Ponto V – Imposto Municipal sobre Imóveis – IMI 2014** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados dizendo que no âmbito do imposto municipal sobre imóveis 2014 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI propõe-se a 0,4%, uma majoração de 30% da taxa aplicada aos prédios urbanos degradados nos termos n.º 8 do artigo 112º do CIMI e demais deliberações. Disse que o volume dos encargos assumidos para 2015 e a redução significativa de receita do município, assim como a obrigação legal da redução dos pagamentos em atraso face ao PAEL, cujo incumprimento leva a aplicação multas e retenções dos fundos municipais, impossibilita a apresentação de uma proposta de redução. Lamentou que um conjunto de circunstâncias, nomeadamente a contribuição para o Fundo de Apoio Municipal, e regras financeiras que obrigatoriamente há que cumprir não permitam a redução deste imposto, optando-se pela sua manutenção ainda que indo contra a proposta técnica dos serviços que seria no sentido de haver um aumento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Filipe Montez Coelho Madeira** -----

----- Sobre o assunto e para além daquilo que a Presidente da Câmara já expos, lembrou que há cerca de um ano atrás ficou aqui, de alguma forma, um compromisso e um entendimento geral da parte todos que haveria todo o interesse em baixar esta taxa assim que fosse possível, mas que o problema que se verifica é que a gestão dos orçamentos e dívida das câmaras é dinâmica e que agora, perante a informação dos serviços, o sentido seria de aumentar para 0,5%, explicado por um acréscimo de despesas para o próximo ano, algumas delas não previstas. Realçou que estamos perante um aumento de despesas adicionais que não estavam previstas, como é o caso FAM, e de outros valores que ascendem a cerca de setecentos mil euros face a 2014, ou seja, se se pensasse numa redução da taxa de 0,4% para 0,35%, face aos números de 2014, estar-se-ia a falar de cerca de duzentos e oitenta mil euros de receita a menos, o que não pode ser considerado devido uma vez que existe um acréscimo de custos previsto que não é acompanhado por um acréscimo de receitas. Considerou assim que, em seu entender, não é prudente descer esta taxa abaixo dos 0,4% e que, no fundo, pode entender-se esta manutenção como uma redução já que a



proposta dos serviços técnicos seria de se proceder a um aumento para 0,5%. Afirmou que o valor de 0,4% é um valor prudente atendendo à dinâmica e aos custos adicionais que estão previstos e assumidos para 2015. -----

----- **Deputada Antônia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Afirmou que a questão do Fundo de Apoio Municipal é muito interessante porque fica claro que mesmo que se faça uma boa gestão há agora que se pagar pelos outros que fizeram a má gestão, isto a acrescer ao facto de este imposto ser, por si só, injusto e que são sempre os mesmos a pagar. Considerou que se trata de um imposto, para além de injusto, dissuasor da vinda de pessoas para o concelho e este não é um sinal de uma boa política fiscal e de uma política coerente.

Referiu que este ano a situação ainda é uma situação mais dramática e que ao contrário do que aconteceu o ano passado não houve uma consulta à oposição, nem foi informada de quais eram as posições e que, por isso, há aqui uma carência de informação pelo que solicitou que lhe fosse informado quais as receitas dos últimos três anos do IMI. Disse ainda que se verifica que as condições de vida das pessoas se agravaram significativamente e que há, de facto, uma ausência de política fiscal coerente por parte do município e esta política de ausência de política fiscal coerente faz com que a atuação e a captação de pessoas para o município se torne cada vez mais difícil. Concluiu dizendo que esta é uma das razões que à partida demonstram qual é o sentido do voto e que faz com que a CDU ache, pese embora manter-se, contrariamente à proposta dos serviços, os 0,4%, o que deveria de acontecer era uma redução deste imposto. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que, com todo o respeito que lhe merecem os serviços, não tem que saber que propostas é que estes apresentaram ao executivo camarário, tem é que saber que propostas é que o executivo camarário quer fazer e considerou que fica mal ao executivo que se desculpem com o facto de os serviços terem proposto um aumento ou manutenção porque este é um dos poucos âmbitos onde o município tem capacidade para fazer política e ainda que fazer política é mexer nos impostos sendo que a deste executivo, em seu entender, é exatamente a política do governo porque acham que os impostos resolvem os problemas quando, efetivamente, não resolvem. Afirmou que em sede de discussão do orçamento terá a oportunidade de demonstrar como uma baixa de IMI não afetava as receitas e o porquê de considerar que pode haver outras formas de mobilizar receitas para a baixa de IMI. Acrescentou que as



receitas de IMI vão subir exponencialmente por duas ordens de razão, primeiro porque acabou o tempo de isenção da habitação própria dos dez anos e porque a fase de transição do novo cálculo do IMI terminou e já não haverá possibilidade de aumentos graduais. Indicou o sentido de voto como desfavorável. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Iniciou por dizer que este tema é-lhe difícil de debater porque desde sempre tem uma opinião particular em relação a este imposto. Declarou que não mudou em nada a sua opinião e que cabe aos municípios encontrar soluções que possam permitir a diminuição deste imposto. Considera que as receitas dos municípios são também os impostos e as taxas mas não só, e que há outras formas dos municípios captarem receitas e que, em face disso, há que tomar medidas e os municípios devem encontrar soluções para baixar este imposto. Disse ser verdade que o executivo camarário podia até aumentar este imposto, a lei permite aumentar até 0,5%, mas que foi sua opção manter a mesma taxa do ano passado, opção essa que compreende pelo acréscimo de despesas com as quais o município não estava a contar, que vai desde as obras da Estrada Nacional 1 (Asseiceira e Alto da Serra), até à participação no Fundo de Apoio Municipal, apoio esse que considera uma verdadeira injustiça porque enquanto houve municípios que andaram a tentar por tudo e de todas as formas encontrar soluções para se cumprirem as suas responsabilidades, outros municípios pouco se preocuparam com isso e a consequência é que os cumpridores é que irão agora suportar esse apoio financeiro. Salientou que só para este fundo, segundo sabe, Rio Maior irá contribuir com cento e vinte e seis mil euros por ano, num total de cerca de setecentos mil euros que poderia muito bem servir para a realização de obras no concelho ou até mesmo para as juntas de freguesia. Com base neste fundamento indicou o seu sentido de voto como abstenção. Pediu à Presidente e aos Vereadores do executivo que verifiquem o que é possível fazer dentro da política fiscal e da política de obtenção de receitas para que, em breve prazo, se possa dar uma resposta aos cidadãos, aos munícipes do concelho e conseguir reduzir alguma coisa neste imposto porque todos sabemos que a sobrecarga de impostos do nosso país está extremamente elevada e considerou que era de valor o município pensar nisto. Disse compreender a política do executivo e que provavelmente não há nenhuma margem de manobra para mudar este ano mas afirmou ter esperança que para o ano se consiga alterar isso. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Interveio para dizer que, ao contrário do que foi dito, há coerência na aplicação deste imposto desde sempre porque nos mandatos anteriores quando o limite era 0,8% a câmara sempre aplicou o 0,7%, embora anteriormente já tivesse aplicado a taxa máxima, e que agora que o limite é 0,5% se aplicar a taxa de 0,4%, afirmando que aquilo que mais prazer teria, neste momento, era reduzir este imposto mas que isso não uma opção responsável. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pede para intervir e dizer que este é um dos poucos pontos, entre a derrama e o IRC, onde o município pode fazer de facto política como vem nos manuais, o resto é administração. Sobre a questão dos mandatos anteriores disse que é completamente destituída de sentido por duas razões, primeiro porque foi a lei geral que baixou a taxa de 0,8% para 0,7%, que no primeiro ano o executivo teve o deslante de dizer que tinha baixado quando não baixou nada, manteve a taxa máxima, e explicou que assim era porque no ano de 2009 a taxa baixou de 0,8% para 0,7%, no ano de 2008 a taxa era 0,8% e este município tinha 0,7% e o executivo há data teve o deslante de dizer que que até tinha baixado o imposto, porque podia por a taxa máxima do ano anterior. A segunda razão, explicou, é descontextualizar os impostos da conjuntura atual em que vivem as pessoas e tentar tapar a realidade, e que, por isso, o que o Partido Socialista que é que os riomaiorenses percebam que este município acha que quem deve pagar o problema do financiamento dos municípios são os cidadãos através do IMI, imposto esse que diz respeito a um direito fundamental de habitação própria que está determinado na Constituição. Afirmou que este não é um problema de receitas e que em sede de discussão do orçamento se verá isso mesmo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 17 votos a favor, 7 votos contra dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Tesoureira da Junta de Freguesia de Asseiceira, Paulo Manuel Santos Colaço e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 4 abstenções dos Deputados Municipais Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, João Figueiredo Vargas Lopes, Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz e Presidente da Junta de Freguesia de Arroquelas (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----



----- “Ora bem, em relação a esta matéria eu iria aqui reforçar aquilo que já aqui foi dito pelo Dr. António Moreira e eu considero que não se podem votar estes assuntos como se estivéssemos a viver na mesma época de há cinco ou seis anos atrás, nós estamos numa outra época, numa época de grandes dificuldades e portanto não podemos estar aqui a falar de taxas de IMI de 0,7 e de 0,8, eu considero que uma câmara municipal que gasta à volta de quatrocentos mil euros, salvo erro, com despesas com o pessoal, como acontece este ano, mais quatrocentos mil do que aquilo que é normal e que foi revelado, aliás, no orçamento camarário deste ano, que eu também votei contra, eu penso, dizia eu, que uma câmara nestas condições não tem legitimidade, numa época como a atual, para manter as elevadas taxas da IMI que cobra. Trata-se de opções, como aqui já foi dito, de gestão, que eu considero erradas e que só oneram os munícipes numa altura que se impunha uma maior sensibilidade social por parte da Câmara Municipal de Rio Maior, tendo em conta os graves problemas económicos que afetam o nosso país e muitas famílias riomaiorenses em particular, igualmente fruto das políticas do atual governo que, como se tem verificado, se mostra incapaz de saber gerar riqueza por outros meios que não sejam a mera cobrança. A este nível verifica-se que a câmara acaba por ser uma mera correia de transmissão de políticas do governo devendo daqui os riomaiorenses tirar as devidas ilações, sendo ainda de recordar que o PS tinha prometido nas últimas eleições autárquicas baixar o IMI ao contrário do que faz agora o executivo municipal da coligação. Considero que os munícipes não têm de pagar sempre pelo volume de encargos assumidos pela câmara, por opção política desta, e muito menos numa altura de crise como esta atual em que todos os tostões são contados ao pormenor e quando se verifica que muitas câmaras por esse país fora decidiram baixar a taxa de IMI, em alguns casos 20% ou mesmo para a taxa mínima. Dou aqui alguns exemplos, há muitos outros que se podem consultar até na internet, é o caso de Aljustrel que baixou o IMI em 20%, Almada, Gondomar, Arouca, Cantanhede, Oeiras, Oliveira do Bairro, Machico na Madeira, Lisboa e Braga, beneficiando com isso os seus munícipes ao contrário do que acontece aqui em Rio Maior. Portanto penso que se impunha, nem que fosse por uma questão de milésimas, um sinal para a população de que realmente a câmara estava a dar uma ajudinha e que podia baixar, nem que infimamente, o valor da taxa de IMI. Portanto, por esse mesmo motivo, votei contra.” -----

----- **Ponto VI – Participação Variável no IRS 2015** -----



----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados esclarecendo que esta era uma situação que já acontecia no âmbito da autoridade tributária mas que não havia necessidade de ser presente à Assembleia e que presentemente, por força da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, esta participação sobre a percentagem do IRS depende da deliberação da Assembleia Municipal, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara à administração tributária até 31 de dezembro do ano anterior aquele a que respeitam os rendimentos. Disse ainda que a proposta é que a taxa de participação se mantenha nos 5% sobre IRS de forma a garantir os recursos financeiros também necessários ao apoio da ação social do município, porque mesmo não havendo despesas receitas consignadas, esta é uma das formas como o executivo encara a distribuição desta receita. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- No âmbito do tema dos impostos, com os quais não concorda por serem sempre os mesmos a pagar, referiu que não pode ser esquecido que esta não é uma situação de agora, já vem de trás, e os impostos e os aumentos de impostos já dura há uns anos largos e veio para as autarquias por imposições governamentais que derivam da alternâncias do governo onde se envolve, não só o governo que lá está agora mas o PS também. Afirmou que a CDU nunca alinhou nisto, que entre a esquerda há esquerda e esquerda, há a esquerda destra e há a esquerda verdadeira e a esquerda verdadeira, onde o Partido Comunista Português se inclui, tem muita honra, tem soluções e há soluções. Continuou dizendo que não defendem a isenção de impostos, mas que há soluções, soluções partilhadas, soluções claras. Reafirmou que existe uma ausência de política fiscal do município e que este começa a ser um município gestor, um município que deixa de ser independente e disse ter muita pena que a Presidente comece a ser um instrumento do governo centra e que o Partido Socialista não está habilitado para dar com lições de moral estão a candidatar-se a ir para ser governo outra vez e se o forem rapidamente se esquecem das promessas que fizeram tal como aconteceu no passado, porque não têm política de esquerda e não sabem o que ela é. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



----- Considerou caricatas algumas posições que aqui são tomadas. Que aquilo que se vê, em termos políticos, são tomadas de posição apenas quando lhes são convenientes porque quando é para os países da comunidade económica europeia e para o fundo monetário internacional e outros pagarem os disparates feitos por nós, deve de haver fundos comunitários e os outros países têm de pagar; mas quando nos toca a nós contribuir para os disparates dos nossos vizinhos todos os portugueses se colocam contra e que, por isso, há aqui qualquer coisa que não percebe e que, provavelmente, é por isso que não gosta de política e está fora dela. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse não se ir referir à falta de solidariedade, nem às câmaras que fizeram tais dislates, porque os cidadãos estão a começar a perceber e a abrir os olhos, que afinal a despesa do estado serve para contentar aqueles que são clientes do estado e que não são, com certeza, aqueles que dão o seu trabalho, que são os funcionários públicos. Continuou dizendo que se sente bastante honrado com a importância que a CDU dá nesta câmara ao Partido Socialista e que já percebeu que é o PS o opositor da CDU e que a aliança destes últimos é com o PSD. Dirigindo-se à bancada da CDU disse que esta situação que vivemos se deve a uma coisa histórica que foi uma aliança da CDU com aqueles acharam que era melhor dar seguimento a uma tentativa de pedido de ajuda para Portugal, um país que não necessitava provavelmente disso, concluindo que a história fará o resultado e fará a análise disso. Acerca desta situação disse que, mais uma vez, há uma confusão porque não se trata nada do antigamente ou do atualmente, e que isto é uma prerrogativa que foi dada aos municípios para terem até 5% do IRS, e que mais uma vez o executivo tinha hipóteses de fazer política e decidir diminuir ou manter o máximo de 5% da colecta que é cobrada aos portugueses pelo governo central, que reverte depois para o fundo de financiamento dos municípios. Disse ainda que o que este executivo faz é esquecer o brutal aumento de impostos que o governo fez de diversas formas, aumento de taxas, alteração dos escalões, aumento do IVA e, pior que isso, entra numa competição entre municípios porque esta taxa, tal como as outras, são mais baixas noutros municípios que circundantes. Indicou o sentido de voto como desfavorável por acharem que devia ser dado um sinal e baixar a percentagem. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 7 votos contra dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Maria de Fátima Gouveia



Pinheiro de Carvalho, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Secretária da Junta de Freguesia de Asseiceira, Paulo Manuel Santos Colaço e Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e 1 abstenção do Deputado Municipal João Figueiredo Vargas Lopes (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Mais uma vez muito boa tarde a todos os presentes, em relação a este ponto voto igualmente contra pelas mesmas razões invocadas na declaração de voto respeitante ao ponto V da ordem de trabalhos, porque verifico que a câmara, portanto, continua a optar por manter no nível máximo possível a taxa de participação sobre o IRS e de certo modo continuar a assobiar para o lado como se o país não estivesse em crise e como se os riomaiorenses, em particular, muitos deles não tivessem a passar necessidades e portanto mais uma vez não dão uma ajudinha, nem sequer simbólica, aos munícipes na redução da carga fiscal.” -----

----- **Ponto VII – Lançamento de derrama sobre lucro tributável de 2014** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, referindo antes que, segundo os dados que possuí, das taxas aplicadas em 2013 nos municípios circundantes, o único que tem mais baixo que Rio Maior é Caldas da Rainha, apontando que se calhar devido a uma gestão do Partido Social Democrata de há muitos anos, e que Cartaxo teve que aumentar, Santarém teve que aumentar e que Almeirim, Abrantes, Alpiarça e Benavente têm a mesma taxa que Rio Maior. Voltando ao ponto em apresentação disse que se mantém precisamente a mesma proposta do ano anterior, lançando uma taxa reduzida de 1% para os sujeitos passivos com volume de negócio do ano anterior que não ultrapassasse os cento e cinquenta mil euros. Lembrou que este imposto é sobre o lançamento da derrama sobre lucro tributável de 2014. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Acerca deste ponto disse que seja por uma questão de coerência seja porque não diabolizam o lucro, entendem que as empresas que dão lucro têm condições para contribuir com a sua responsabilidade social para um desenvolvimento mais harmonioso do concelho. Como tal indicou o sentido de voto como favorável. Dito isto, esclareceu que não vale a pena continuarem a insistir na frase de que há uma aliança



entre a CDU e a Coligação Juntos pelo Futuro porque não tem medo de ninguém, nem o Comité Central do Partido Comunista Português vai reagir a esse comentário. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Disse que está na Assembleia para defender os interesses dos riomaiorenses e da população e não para se deixar envolver em guerrinhas políticas que considera que não levam a lado nenhum e que não interessam minimamente aos riomaiorenses, porque o que estes querem é pagar o menos possível numa época de crise como a que vivemos. Indicou o sentido de voto como desfavorável, pelas mesmas razões invocadas nas declarações de voto anteriores, reforçando o seu pensamento que ao propor as taxas de derrama a câmara nada contribui para aliviar a carga fiscal sobre as empresas que atuam na área do município demonstrando, mais uma vez, insensibilidade perante as dificuldades destas, numa altura em que devia, ao invés, enviar um claro sinal de ajuda e compreensão às mesmas, recordando que vários municípios optaram pela isenção de derrama em algumas situações ou pelo menos por uma isenção parcial, ao contrário de Rio Maior. Afirmou que mais uma vez quem olha para estas taxas fica a pensar que está tudo bem no país e neste concelho, que deve ser certamente uma ilha a nível nacional. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Considerou que esta receita diz respeito, fundamentalmente, a micro e pequenas empresas e que o sinal aqui dado é contrário àquele que as pessoas precisam e porque esta receita vai ser completamente despiciente no município e isentar as empresas que têm menos de cento e cinquenta mil euros de volume de negócio não ía ser problema nenhum. Indicou o sentido de voto como desfavorável porque esta é uma questão de tributação fiscal que o município quer fazer e com a qual não estão de acordo neste momento e nesta conjuntura. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Aproveitou para dizer, em jeito de introdução, que mais do que declarações de intenções e comparação com outros municípios há que verificar o nosso estado e tentar-se informar e propor o que se pode fazer e que cumpre depois ao executivo acatar ou analisar, se assim o entender, as propostas apresentadas, daí tirando as suas elações e que, obviamente, as propostas são feitas no âmbito político e principalmente no âmbito fiscal e carecem de enquadramento e estudo pormenorizado. Acrescentou que todos concordam que é necessário uma redução da carga fiscal. Relativamente à taxa de derrama e à política fiscal em geral, disse que é



necessário assegurar dois princípios: o da sustentabilidade das finanças municipais e o da garantia das condições fiscais que fomentem a fixação e crescimento, nas diversas acepções da palavra, das populações. Continuou dizendo que todos sabem que a sustentabilidade financeira se produz por duas vias, a da redução e da racionalização da despesa e/ou pelo aumento da receita. Atendendo à recente municipalização de algumas decisões quanto à parte das receitas fiscais aos municípios consignadas e tendo o executivo assegurado a progressiva sustentabilidade do serviço da dívida, considera que urge implementar as seguintes políticas em simultâneo: programar e implementar a racionalização da despesa; estabelecer uma política sustentável de redução da carga fiscal sobre os munícipes. Disse ser essencial conseguir uma linha condutora que se percepcione e uma política fiscal que promova um crescimento sustentável, que é importante não esquecer que uma sociedade saudável é composta por um tecido empresarial solidamente assente em laços com a população e com os seus trabalhadores, e que aquilo que propõem ao executivo é a prossecução da política de racionalização e sustentabilidade da despesa, assegurando a tomada de medidas de natureza fiscal que garantam e fomentem o crescimento económico. Considerou que para tal estas medidas deverão de ser, nomeadamente, promoção de esforços junto da tutela e dos respetivos agentes económicos para que, segundo a lei o prevê, a taxa da derrama seja aplicada atendendo ao local onde são gerados os rendimentos e não apenas na sede social do mesmo; promover e implementar medidas no sentido que a lei também faculta aos municípios para que seja possível taxar no local a derrama aos agentes económicos ligados a extração e prospecção de recursos minerais, passando a explicitar, o município hoje em dia pode dispor legalmente de dois pontos que não foram utilizados até ao momento: que as empresas façam o apuramento do lucro tributável e a consequente aplicação da taxa de derrama, de acordo com a localização dos estabelecimentos e não única e exclusivamente a da sede social. Por último, a redução significativa da taxa de derrama para o caso de novos investimentos, e reiterou que esta foi uma proposta já efetuada o ano passado, aplicando-se esta durante um período de tempo com obrigatoriedade de manutenção dos pressupostos do investimento durante um período suplementar, com a redução progressiva da taxa de derrama de forma a garantir a inequívoca atractividade do concelho para novos investimentos com a consequente dinamização do tecido já existente e criação de novos postos de trabalho e, por fim, abolir o critério excepcional da redução da taxa de



derrama para sujeitos passivos com um volume de negócios até cento e cinquenta mil euros anuais, atendendo, a que esta promove a distorção dos princípios de crescimento, pois se crescer mais ficará com menos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 4 votos contra dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho e Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto e 2 abstenções António Carlos e Silva Antunes Figueiredo e Presidente da Junta da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Francisco Manuel Carriço Pereira Esperto** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- “ Eu quero justificar qual foi o meu voto contra porque fala-se só em impostos, impostos só que toda a gente se esquece que sem empresas não há impostos. Nós, as empresas, pagamos ao empregado para o empregado ir pagar os seus impostos e assim sucessivamente e continuamos, há anos que sou empresário em Rio Maior, continuamos a não lembrar que da parte empresarial que é o mais importante de todas as cidades e países e eu, ao qual peço, também não quero isenção porque todos os países têm impostos e para sobreviver tem de haver impostos, mas pelo menos que continuemos a pensar nas empresas, cá estamos, todos os anos vão fechando aos milhares, ainda agora há bocado, voltei a saber uma noticia, já vai em quinze mil mais e eu queria ver se me conseguia manter e nunca vir nesse número do fechar, do encerrar. Portanto, para isso, também aqui o peço para que o executivo volte a pensar no assunto, nas empresas, pensar que tem que reduzir alguns impostos sobre as empresas para que elas consigam sobreviver e também, por um lado, conseguirmos trazê-las dos outros lados para o nosso município, temos espaço suficiente para elas com o Parque de Negócios, etc.” -----

----- **Ponto VIII – Declaração de Interesse Público Municipal – Parapedra, S.A. ----**

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados acrescentando que a Parapedra, S.A pretende licenciar junto da Direção Geral da Economia uma ampliação da área da pedreira abrangendo entre várias condicionantes de localização e que a utilização não agrícola dos solos da



RAN carece sempre de prévio parecer das entidades competentes, junto das quais poderá ser instruindo um processo de pedido de utilização, pedido esse que na sua instrução deve incluir uma declaração de interesse público municipal cujo órgão competente é a Assembleia Municipal. Referiu que da documentação e da deliberação da Câmara Municipal consta já informação em como se que se trata de uma estrutura que de forma inequívoca tem importância vital para o desenvolvimento da região, pelas características e dimensões da exploração pretendida e ainda que o seu licenciamento está sujeito do procedimento da avaliação de impacto ambiental que permitirá uma avaliação rigorosa de eventuais impactos negativos no meio ambiente. Referiu também que o PDM de Rio Maior se encontra em fase de revisão e que a localização da área a ampliar é confinante com uma classe de espaço do ordenamento designados pelo atual PDM como “Espaços de indústria extrativa” e que poderá em sede desta revisão ser equacionada a possibilidade de expandir esta classe de espaço de forma a abranger a área em causa. Concluiu dizendo que o que se propõe é que a Assembleia possa deliberar no sentido de ser emitida a declaração de interesse público municipal para esta empresa. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Em relação a este assunto disse ter verificado que na documentação de suporte fornecida pela câmara consta que foi já reconhecido, em reunião de Câmara de 11 de abril, que se trata de uma estrutura que de forma inequívoca é de importância vital para o desenvolvimento da região, no entanto, disse desconhecer o que se pretende dizer com uma estrutura que de forma inequívoca irá potenciar o desenvolvimento económico e social da região e que estrutura é essa, se a própria empresa se a ampliação pretendida. Por outro lado, continuou, a documentação que instrui este processo, e que lhe chegou as mãos, inclui uma informação técnica emitida pela Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território onde se lê que, e citou “a área de ampliação da pedreira, vale de pedreira, está a integrada em zona de RAN e REN”, portanto Reserva Ecológica Nacional a Reserva Agrícola Nacional, e que olhando para a legenda do próprio mapa que acompanha o processo entregue pela empresa requerente se constata que a área de ampliação, que é muito superior que a área licenciada, 11,8 hectares contra os atuais 2,5 já licenciados, inclui zonas pertencentes a REN e a RAN. Referiu ainda que a empresa requerente diz que apresentou documentação relacionada com requisitos exigidos com tal ampliação da



sua área de atividade em sede própria, nas respetivas autoridades contudo, na qualidade de membro desta Assembleia, não lhe foram fornecidas cópias de tais documentos considerando, por isso, não possuir todos os elementos necessários para decidir o seu sentido de voto sobre a matéria. Recordou também que o PDM de Rio Maior estabelece que, de acordo com as disposições legais dos solos que integram a REN, são interditas as ações que se traduzam na destruição de revestimento vegetal, do relevo natural e das camadas de solo arável, a menos que se justifiquem para uma adequada exploração agrícola ou aquícola e deveram privilegiar-se todos os usos afetos às atividades agrícolas e florestal com carácter de proteção ao solo e aos recursos hídricos, bem como as ações de plantação ou replantação de espécies de proteção entendidas como os estratos arbóreos e arbustivos formados por espécies indígenas de uso exclusivo de proteção (cfr. artigo 8º da secção III do PDM de Rio Maior). Ainda relativamente à RAN lembrou que estabelece o mesmo PDM que, de acordo com as disposições legais, ficam interditas nestas áreas as práticas de destruição do revestimento vegetal, do relevo natural e das camadas do solo arável, desde que não integradas em práticas de exploração agrícola, bem como o derrube de árvores não integrado em práticas de exploração florestal ou agrícola. Disse ter ainda verificado que no parecer técnico emitido pelos respetivos serviços da câmara é invocado que o PDM se encontra em fase de revisão pelo que, nesta fase, não considera, à luz do regulamento atual do PDM, que seja efetivamente inequívoca a viabilidade da pretensão da empresa requerente, uma vez que a câmara alega que se possa ainda vir a equacionar a expansão de uma classe de espaço para a área pretendida pela empresa requerente para que esta área seja então, nessa altura, considerada espaço de indústria extrativa, o que significa que esse espaço não está ainda identificado como tal. Por esse motivo entende, à luz do regulamento do PDM, que não pode ainda ser cabalmente satisfeito o pedido porque neste momento aquilo que deve constar do parecer emitido pela Câmara Municipal de Rio Maior, e a entregar pela empresa requerente junto da Entidade Regional de Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo, ou seja, a viabilidade perante o disposto do regulamento do PDM para as classes e categorias de espaços abrangidos incluindo identificação dessas classes e características de espaço, portanto espaço especificamente para a indústria extrativa, não está ainda clarificado. Mais acrescentou que quando se fala em fase de revisão do PDM se trata de um conceito muito alargado, muito lato e portanto, a seu ver, não está claramente definido e que, por isso mesmo, tem dúvidas sobre o



processo e que tendo em conta o PDM atualmente em vigor, pensa que esta não se trata de uma situação inequívoca e aquilo que as entidades, as autoridades que tutelam esta matéria pedem é uma declaração inequívoca. Admitiu ter dúvidas em relação a isto e por ter dúvidas mais solicitou, através da Mesa, que lhe seja fornecida, se for possível, e uma vez que não integra a documentação a que teve acesso, uma cópia integral da carta do ordenamento do PDM atualmente em vigor onde possa identificar claramente as áreas afetadas à indústria extrativa e as áreas de futura ampliação da indústria extrativa do concelho de Rio Maior à data de votação desta declaração de interesse público municipal. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que da documentação que foi entregue se encontra em falta o comprovativo de titularidade dos terrenos, conforme a comunicação da Direção Regional da Agricultura e Pescas, e que sabendo que existe solicitou que fosse integrado na informação. Salientou, desde logo, que o que se pode entender e que, mais uma vez, fica demonstrado que é muito urgente fazer a revisão do PDM para que não se analisem estas situações casuisticamente, e no caso concreto disse continuarmos a ver estes casos do filão geológico, exploração de pedreiras, areeiros e outras formas de exploração sempre caso a caso e ao sabor de interesses de particulares. Indicou o sentido de voto como favorável para contribuir para a manutenção e aumento, porque pode acontecer um aumento do número de postos de trabalho da empresa envolvida, e que relativamente as questões ambientais, aquilo que é pedido é um parecer municipal, existem entidades com competências expressas para tal e essas entidades que têm competências para tal que farão o seu trabalho. Disse ainda que ao grupo municipal da CDU não choca esta área a retirar da RAN ou da REN se as entidades competentes ao nível ambiental derem a sua concordância, se isso contribuir para o aumento dos postos de trabalho e não contribuir para a degradação da qualidade do ambiente. Reafirmou que o que importa fazer, com muita urgência, é a revisão do PDM e pediu que isso fosse tido em consideração. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse que a sua posição era individual, que apenas o responsabiliza a ele próprio e indicou o sentido de voto como desfavorável. Entende que é preciso que a Assembleia dê um sinal aos munícipes daquilo que é o interesse municipal e este não pode ser exclusivamente ou principalmente a criação de postos de trabalho que, no presente caso, nem sequer é líquida, nem sequer é notória. Considera que é



importante saber o que é que o aumento desta área vai significar em termos de aumento de postos de trabalho porque, e pode ser que se engane, mas se não se mantiverem o aumento será pouco e que é também notório que muito desta área vai ser dada até a subexploração. Mais afirmou que os PDM's existem como mecanismos reguladores e admitir-se que os mecanismos reguladores não servem e que devem ser revistos cada vez que dá jeito é a mesma coisa que não os ter. Salientou ainda um outro aspecto que é a limitação legal no crescimento e aumento das áreas de exploração porque este significa também o aumento do tráfego rodoviário de veículos pesados, mais degradação das estradas, porque não se pode extrair pedra para ficar lá. Disse ser a sua opinião e que é também importante que os munícipes conheçam opiniões divergentes, que é saudável e normal em democracia, e que não está a tentar diabolizar ninguém que tenha outras ideias, mas dizer que a sua ideia é que interesse público municipal significa que o município vai lucrar de alguma forma com isso, e que não é um putativo aumento do número de trabalhadores que é justificável para votar favoravelmente o interesse municipal da expansão. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a Assembleia Municipal apenas terá que emitir a declaração dentro daquelas que são as suas competências e da Câmara e que não abrangem a regulação das questões sobre RAN, competindo apenas aos membros da Assembleia Municipal no seu todo, votarem se deve ou não ser emitida a declaração de interesse municipal para outros poderem decidir a ampliação em causa. Afirmou que no presente ponto a questão é se se entende que esta exploração é de inequívoco interesse ou não e se vão aumentar muitos postos de trabalho não consegue afirmar porque, no momento atual, que se mantenham os existentes é muito bom. Quanto às questões levantadas sobre o fluxo de transportes e de localização não haverá outra possibilidade porque é ali que os recursos se encontram e é lá que se pretende ampliar. Voltou a referir que é aos membros desta Assembleia que é colocada a responsabilidade de reconhecer, ou não, o interesse e viabilidade da exploração, porque a Câmara Municipal, em reunião, já entendeu que sim, que era de passar e de reconhecer o interesse público desta unidade de exploração. Concluiu dizendo que a decisão da ampliação da exploração não é da Câmara nem da Assembleia e que em relação à revisão do PDM espera-se que a mesma venha a desenrolar-se com maior celeridade embora se tenha sabido recentemente que o Ministério do Ambiente, no



âmbito das revisões dos PDM's tem vindo a lançar a ideia dos PDM's intermunicipais que, a concretizar-se, poderá de alguma forma vir a atrasar o processo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 2 votos contra dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira e Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei a favor, volto a votar a favor, mas queria deixar aqui uma chamada de atenção importantíssima. Há um bocadinho falei aqui sobre o que se estava a passar no areeiro, portanto junto à Azinheira, a empresa é a mesma, aliás os proprietários são os mesmos, a empresa não é a mesma, e só queria alertar para o seguinte: é que em termos de fiscalização, em termos de licenciamento, que tivéssemos em consideração, aí sim o interesse público e o que se está a passar, isso sim é muito importante, porque a viabilidade das empresas não está em questão, estamos aqui para ter muitas empresas, para ajudar as empresas, é essa a nossa responsabilidade, por isso eu voto conscientemente a favor. Agora a outra parte também gostaria aqui que todos tivéssemos consciência, somos nós que estamos aqui e temos essa obrigação, consciência daquilo que pode acontecer, portanto ser bem fiscalizado para não acontecer o que está a acontecer junto à estrada, estamos a meia dúzia de metros da estrada, e ninguém toma decisões sobre isto.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Gostaria ainda de dizer ainda sobre este assunto, portanto votei contra e penso que o que está aqui em causa é que as pessoas têm que ter a noção de que nós não estamos aqui só para passar um papel de uma declaração para uma empresa para viabilizar os negócios dessa empresa, que tem todo o direito de exercer a sua atividade económica. A questão é que há aqui responsabilidades e a responsabilidade é muito simples, a responsável pelo PDM é a Câmara Municipal de Rio Maior e a Câmara Municipal de Rio Maior tem de ter cuidado quando passa declarações de interesse público municipal de empresas, se essas declarações estão conformes com o seu regulamento de PDM e eu tenho dúvidas em relação a esta matéria, porque eu quando vejo na documentação que me é entregue que os hectares que a empresa pretende não estão ainda classificados como área de indústria extrativa, mas quando se diz assim, “ah mas isto depois nós vamos alterar o PDM e como confina ali com



terrenos que já estão preparados para zonas de expansão de área de indústria extrativa, a gente depois altera isto e depois fica tudo bem”. Não me parece isto correto. Como se costuma dizer não se pode colocar a carroça à frente dos bois, eu parece-me que estamos aqui a saltar uma etapa, primeiro era rever o PDM, era fazer as alterações que tem que se fazer, se aquela é uma área facilmente desafetável de RAN e de REN tanto melhor, não é agora fazer-se as coisas como estão aqui a ser feitas, não me parece que seja muito correto e tenho sérias dúvidas se realmente isto preenche os requisitos legais. Não está aqui em causa se se trata de uma declaração de interesse ou de utilidade pública municipal para esta ou para aquela empresa, eu penso que o que está aqui em causa é, a meu ver, de certo modo a completa banalização da emissão deste tipo de declarações e é preciso ter em conta quem a lei impõe limites quanto ao uso de terrenos afetos à REN e à RAN para outros efeitos que não os previstos legalmente e por alguma razão o legislador assim o decidiu. Aliás sabe-se perfeitamente que um dos grandes problemas deste país reside na constante violação e desrespeito do ordenamento do território e, naturalmente, se existem leis para ordenar, e felizmente foram feitas, são para ser cumpridas, mas o que se verifica é a permanente alteração do uso a dar aos solos o que se traduz, em sentido inverso, num completo desordenamento do território, muitas vezes em prejuízo das populações e do ambiente ainda que, reconheço, que existam vantagens económicas para as empresas e naturalmente para as regiões em que se inserem. Exposta assim a situação, e salvo melhor opinião, se a Parapedra, S.A. entende que já não tem terrenos suficientes para prosseguir a sua atividade extrativa, eu penso que o que tem que fazer é adquirir ou arrendar outros terrenos que não estejam reféns das limitações inerentes às determinações legais aplicáveis à REN e à RAN, onde possa prosseguir a sua atividade extrativa sem quaisquer problemas, obtendo, para esse efeito, o licenciamento respetivo por forma a prosseguir a sua atividade económica nesses terrenos. Não me parece correto que se vá destruindo, à medida de interesses privados, paisagens e solos protegidos e aptos para agricultura em alguns casos e não está para mim suficientemente provado que aqueles solos não sejam bons para a agricultura, em vez de serem para a indústria extrativa e eu penso que isso é fundamental que se saiba, tudo isto com o pretexto de que se trata de uma atividade económica importante para o concelho ou de que se irão manter os atuais postos de trabalho ou até criar mais postos de trabalho, que ao certo também não estão quantificados na documentação a que eu tive acesso. Posso continuar? Obrigado. Por



esta ordem de ideias, posso continuar ou não senhora presidente? Se quiser eu calome, já esgotei os quatro minutos? Então, vou acabar, é só um parágrafo, se não se importam, por esta ordem de ideias, continuando com a minha intervenção, daqui a cem ou cento e cinquenta anos toda a área do concelho de Rio Maior será uma gigantesca pedreira a céu aberto, uma vez que não se percebe afinal que limites à ampliação das áreas extrativas serão respeitados no futuro e que constam ou deviam constar no PDM. Se querem deixar aos vossos netos e bisnetos um concelho de pedra e areia essa não será certamente uma responsabilidade minha, por isso, e porque considero que não tive acesso a documentos que julgo serem fundamentais para decidir o meu sentido de voto sobre esta matéria e porque desconheço de antemão os potenciais riscos ambientais a saírem do estudo de impacto ambiental que a empresa diz que ainda decorre, portanto nós estamos aqui a emitir uma declaração sem saber os resultados dos estudos de impacto ambiental e portanto é evidente que eu vou votar contra porque não tenho a documentação que me permite avaliar a situação.” ----

----- **Ponto IX – Projeto de Regulamento para FMES - Fundo Municipal Emergência Social** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados acrescentado apenas que o mesmo foi amplamente debatido no âmbito do Conselho Local de Ação Social. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 26 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (27 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós efetivamente votamos a favor mas não queremos deixar de registar que é com muita tristeza que vimos no nosso concelho um documento destes. Este documento é a prova da necessidade, é a prova da fome, é a prova da carência e isto entristece. Entristece saber que há pessoas que estão a precisar que se crie este fundo de emergência social, o que mostra que as famílias estão, a classe média deixou de existir, proletarizou-se, os pobres são muitíssimos mais os pobres e a desgraça passa nas ruas da cidade e passa nos meios rurais com muita acutilância.



Entristece-nos isto e acho que devemos fazer muito, para além da caridade, para que isto seja alterado. Os jovens estão a ser atacados por muitas frentes e as crianças por muitíssimas frentes, a fome nas crianças está a atacar a sua capacidade intelectual e isto está a reflectir-se na sua capacidade educacional, isto está a ter interferências a muitos níveis como todos saberão, não estou a dar nenhuma novidade. Portanto a minha declaração só tem a ver com o voto de tristeza e espero muito sinceramente que nós possamos num curto prazo reverter esta situação, acabar com este fundo e ter um concelho mais rico. Estou perfeitamente de acordo com o Esperto quando ele diz que as empresas são necessárias, os postos de trabalho são fundamentais e agora, diria o Chico Esperto porque ele é lá da minha terra, e aqui volto a trazer um assunto do qual a bancada não se arrepende, efetivamente aquilo que fizemos relativamente á PANPOR deu trabalho a muita gente, entre elas algumas pessoas da Marmeleira, isto é de registar, é muito importante que continue a ser feito. Nós precisamos de cada vez mais empresas no concelho, mais empresas no distrito, precisamos de crescer, o distrito de Santarém é um dos maiores distritos de Portugal, precisamos de o fazer crescer e estar atentos à intermunicipalidade, porque ela está aí para nos atacar e para nos tentar comer, portanto não deixemos que o lobo mau venha aí, temos que ser um capuchinho vermelho atento.” -----

----- **Ponto X – Regulamento dos Serviços de Apoio à Família** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados dizendo que foram introduzidas algumas situações de melhoria ao regulamento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Interveio para dizer, como anteriormente no período antes da ordem do dia e quanto aos prolongamentos de horário e ATL que eram de facto uma reivindicação antiga em várias escolas do concelho, nomeadamente as que não estão integradas nos centros escolares, que por esta via estão também agora regulamentadas e que isso é bem acolhido, quer para os pais quer para o município. No que respeita às refeições reconheceu que nos anos anteriores existia alguma confusão no pagamento das mesmas por este ser feito previamente, ao início de cada mês, e que agora se vem alterar criando um maior consenso no pagamento no final de cada mês contabilizando assim as refeições efetivamente tomadas e não as previsíveis. Mais do



que isso disse ainda que este formato vem permitir a faturação das ditas refeições e a devida execução das dívidas existentes. Considerou que isto tem toda a vantagem quer para os pais quer para a arrecadação de receita pelo município e também com vista a facilitar os serviços por parte da câmara municipal. Concluiu dizendo que estes serviços, quer as refeições escolares quer o prolongamento de horário, são serviços indispensáveis ao sucesso escolar das crianças e representa um apoio familiar sempre bem vindo e necessário para os pais e encarregados de educação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 23 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (24 presenças). -----

----- **Ponto XI – 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2014** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados esclarecendo que o que se pretende é adaptar o mapa de pessoal à nova estrutura que entrou em vigor em Julho de 2014. Explicou que esta estrutura foi aprovada em dezembro de 2012 para cumprimento da legislação em vigor e que teve período de transição que terminou em julho de 2014, referindo que esta tem agora cinco unidades orgânicas o que levou à fusão de duas unidades. Mais disse, fazendo também alguma história que, embora não estando provido de todos os lugares quando assumiram funções em novembro de 2009, esta câmara municipal tinha uma estrutura com cinco diretores de departamento, dos quais três estavam ocupados e catorze chefes de divisão. Continuou dizendo que em 2010 foi feita uma reestruturação ajustando a estrutura à realidade da autarquia e em seguida, por força da lei, houve a necessidade de reduzir das seis unidades existentes para cinco, levando à fusão de duas delas, a de educação, ação social e saúde e a de cultura, património cultural, turismo e juventude. Como consequência foi necessário adaptar o mapa de pessoal a esta nova estrutura e aproveitou-se ainda esta alteração para corrigir outras situações que neste momento já não estavam de acordo com a realidade, como sejam a criação de lugares para o espaço do cidadão e a criação do lugar para uma técnica superior nutricionista para o apoio aos agrupamentos de escolas e serviço de refeições prestado nos mesmos, nomeadamente na definição das ementas, quantidade e qualidade das refeições. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----



----- Em relação a esta matéria e uma vez que o que está aqui em causa, na prática, é uma nova orgânica e reestruturação dos serviços, disse que gostaria de saber quem elaborou este novo quadro de funcionários do município, se foi o departamento jurídico da câmara municipal ou se foi alguma sociedade de advogados ou algum advogado em particular que elaborou esta nova orgânica e, em caso de ter sido, solicitou, já através da Mesa, acesso à cópia do contrato de adjudicação destes serviços jurídicos. Solicitou que lhe fosse também esclarecido em que data entrou em vigor esta nova orgânica já que a Presidente da Câmara referiu que a nova estrutura foi aprovada em dezembro de 2012 e depois falou num período transitório que vai até julho de 2014 e que em face dessa declaração gostaria de saber qual é a lei e o artigo que prevê esse período transitório até julho de 2014. Indicou que este esclarecimento pode ser dado por escrito se for necessário. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o período transitório de que falou era até terminarem as comissões de serviço dos dirigentes, que neste caso foi em julho de 2014, razão pela qual a estrutura foi aprovada em dezembro de 2012 e só em julho de 2014 se deu a reestruturação na prática. Informou que quem elaborou a proposta de alteração do mapa de pessoal foram os serviços de recursos humanos apoiados pelo gabinete jurídico da câmara municipal. -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Exerceu o direito de defesa da alínea j) artigo 44º do regimento para dizer que o que foi inicialmente dito acerca desta situação nada tem nada a ver com aquilo que depois foi esclarecido, porque uma coisa é dizer-se que há um período transitório que permitia que a situação se ter arrastasse até julho de 2014 e outra é afinal saber-se que era até ao término das comissões de serviço. Considerou que são duas coisas que são completamente diferentes. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Reafirmou que a lei previa um período transitório até ao término das comissões de serviço conforme também o primeiro parágrafo da sua proposta, e citou “considerando de acordo com a previsão do n.º7 do artigo 25º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a reestruturação dos serviços municipais esteve parcialmente suspensa até 10 de julho de 2014, data da cessação da comissão de serviço dos dirigentes de nível intermédio”. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei contra este mapa de pessoal, porque não constam nem os nomes dos trabalhadores nem as suas qualificações e habilitações profissionais, pelo que não se consegue perceber se existe uma correspondência e adequação entre as funções ocupadas, tarefas exercidas e a formação profissional e académica específica de cada trabalhador, a que a lei obriga tacitamente ou em alguns casos mesmo obrigatoriamente. Porém a lei não obriga a que os nomes dos trabalhadores constem nos mapas pessoal, considero, por isso, que a lei está errada, está mal feita e enquanto assim for jamais em tempo algum aprovarei mapas pessoal onde não constem os nomes dos trabalhadores e as suas habilitações académicas e profissionais, mesmo que esteja o PS no poder nesta Câmara. Como se costuma dizer não passo cheques brancos a ninguém e entendo que os mapas de pessoal deviam de estar afixados em local público com os nomes dos trabalhadores lá devidamente identificados, as suas respetivas funções, para que todos saibam o que é que cada um faz, que competências exerce e que qualificações académicas e profissionais possui para o efeito, aliás mesmo não sendo obrigatório já observei esta situação em muitas instituições públicas onde juntamente com o mapa pessoal constam os nomes de todos os trabalhadores que lá exercem funções.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “No sentido de dizer que considero que o mapa pessoal é um instrumento de gestão da câmara e portanto é o executivo, é causar uma prerrogativa legal para poder ter um mapa pessoal que intende, não compete a nós tecer grandes considerações, é uma situação diferente de vagas ou de concursos.” -----

----- **Ponto XII – Procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau para a Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Turismo e Juventude – Constituição de júri** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por deixar o registo público, na pessoa da Chefe de Unidade de Recursos Humanos, a todos os funcionários da autarquia em quem confia na forma como os



processos, como todos os pontos que são trazidos quer à Câmara quer depois à Assembleia Municipal, são elaborados. Deixou, por isso, o seu voto de confiança público a todos os serviços na forma como todos os processos são elaborados para decisão. -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a de seguida a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e que se referem à constituição do júri para o procedimento concursal de recrutamento de cargo de direção intermédia de 2º grau para a unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Turismo e Juventude onde se pede autorização à Assembleia Municipal para a constituição desse mesmo júri. Afirmou que no ponto anterior não pode indicar o nome no mapa de pessoal porque, de facto, ainda não se sabe sequer quem é que vai concorrer e quem irá ocupar o lugar. Neste âmbito afirmou que não lhe fosse pedido para cometer ilegalidades, para não ser transparente e para ter compadrios ou patrocinar quem quer que seja, muito menos em termos de recursos humanos desta casa que cá permanecem mesmo depois dos eleitos. Concluiu dizendo que este ponto é o pedido de autorização para a constituição do júri de concurso de recrutamento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Indicou o sentido de voto como desfavorável porque considera incompreensível que se tenha criado uma unidade orgânica tão grande e tão extensa misturando áreas tao diversas como a ação social e a cultura, o desporto com o turismo, a educação com a juventude, o que considera não fazer qualquer sentido já que representa uma sobrecarga de trabalho inaceitável para os seus responsáveis máximos, sobrecarga de trabalho essa que pode inclusivamente comprometer a qualidade do funcionamento dos serviços. Para além disso considerou que se trata de um notório desequilíbrio e até alguma injustiça nas funções que cabem a cada um dos vereadores do executivo em funções e disse que quase se pode considerar que a Vereadora da Cultura, se conseguir dar conta do recado e fizer um excelente trabalho, é uma super vereadora e que pensa que nesse caso o CDS/PP poderá ponderar seriamente apresentá-la como candidata nas próximas eleições autárquicas, porque a trabalhadora será imensa, certamente, nessa unidade. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio apenas para esclarecer que a unidade em questão depende de vários vereadores e não apenas de um, dependendo da área. -----



----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se o que está a discussão e votação é a autorização para o procedimento concursal ou apenas a constituição do júri. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que aquilo que está a discussão e votação é só a constituição do júri, já que o procedimento concursal é da competência da Câmara. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Reconheceu razão à observação do Deputado António Moreira, e renomeou o ponto em discussão como «Constituição do júri visando o procedimento concursal para recrutamento do cargo de direção intermédia de 2º grau para a unidade de educação, ação social, cultura, desporto, turismo e juventude». Indicou que idêntico procedimento será tido para o ponto seguinte, o ponto XIII, agora renomeado como «Constituição de júri no âmbito do procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 3º grau para o Gabinete Jurídico e Contratação Pública». -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 1 voto contra Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (25 presenças). -----

----- **Ponto XIII – Constituição de júri no âmbito do procedimento concursal para recrutamento de cargo de direção intermédia de 3º grau para o Gabinete Jurídico e Contratação Pública** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados indicando que se trata agora do cargo dirigente intermédio 3º grau para o gabinete jurídico e contratação pública, atualmente só permite que tenha um dirigente de 3º grau. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor e 5 abstenções dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa, Suzana Margarida dos Santos Candeias, Paulo Manuel Santos Colaço e Tesoureira da Junta de Freguesia da Asseiceira (25 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----



----- “Nós só nos abstermos e não votámos a favor, nós abstermo-nos e não votamos a favor, o que faríamos se a situação fosse exatamente como a situação anterior, ou seja, se o júri fosse composto por pessoas externas ao município. É esta a razão que nos leva a abstermo-nos, fomos pela transparência nos procedimentos e pela independência dos concursos públicos, é esta a única razão, sem que isto constitua qualquer juízo de valor sobre as pessoas, é uma questão de princípio sem que isto constitua qualquer juízo de valor sobre as pessoas, portanto abstermo-nos por essa razão.” -----

----- **Ponto XIV – Despesas de representação para titular do cargo de direção intermédia de 2ª grau da Unidade de Educação, Ação Social, Cultura, Desporto, Turismo e Juventude** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados referindo que é da competência da Assembleia Municipal autorizar ou não as despesas de representação dos dirigentes e que, em face disso, se propõe que o dirigente que venha a ocupar o lugar receba, tal como os restantes dirigentes de 2º grau, estas despesas de representação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Disse que em coerência irá também votar contra, pelos mesmos motivos invocados na declaração de voto respeitante ao ponto XII da ordem de trabalhos, porque considera, como referiu na altura, que não faz sentido a criação de um cargo se ocupe de uma tão grande e tão vasta unidade orgânica cuja delimitação considera que é difícil de perceber e de compreender. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 25 votos a favor e 1 voto contra do Deputado Municipal Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Sufragando as palavras da Senhora Presidente, dizendo que esta é uma situação em que votámos a favor porque é para repor uma situação de igualdade entre trabalhadores que têm o mesmo cargo, aliás segundo temos informação, porque isto quando a gente não tem informação, pede-a, quando não está esclarecido, tenta esclarecer-se, antes de vir para aqui até às cinco e meia da manhã, eu também tive a



trabalhar, isto às vezes dói um bocadinho, parece que isto até são só cento e sessenta e tal euros, portanto não me deve «ir o gato às filhoses».” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente porque entendo que é uma medida de gestão interessante que potencia não só uma poupança em termos de horas extraordinárias para os dirigentes em causa, como é justa do ponto de vista da compensação do trabalho extra que os cargos dirigentes têm na função pública.” -----

----- **Ponto XV – Abertura de procedimentos concursais** -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados dizendo que esta também foi uma das competências que era da Câmara e que agora passou a ser da Assembleia Municipal autorizar a abertura de procedimentos concursais para os respetivos recrutamentos excecionais nos termos e fundamentos apresentados. Disse ainda que a Câmara Municipal não está a aumentar o mapa pessoal mas que por via das aposentações ocorridas em 2013 cumpriu a redução obrigatória de 2% há a possibilidade de abrir concursos, desde que devidamente fundamentados. Concluiu que é exatamente isso que se passa com a abertura destes concursos para colmatar necessidades prementes, nomeadamente um mecânico, um calceteiro, um operacional para a área das águas saneamento e ambiente e para um técnico superior de nutrição. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Corrigiu também a designação deste ponto passando o mesmo a designar-se como «Autorização para abertura de procedimentos concursais» e que será nesse sentido que deve ser votado. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa** -----

----- Solicitou informações sobre o tipo de funções e onde vai exercer a sua atividade, em que serviço concretamente da autarquia, a técnica superior a contratar na área de dietética e nutrição e também se já existe, neste momento, alguma funcionária técnica superior a exercer tais funções nesta autarquia mesmo na condição de estagiária. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que esteve colocada uma técnica superior no âmbito de uma candidatura que foi feita de estágios profissionais para licenciados. Disse ainda que



esta técnica superior, embora tendo um lugar onde ela vinha tratar de toda a informação e fazer todo o seu trabalho na câmara, estava essencialmente a trabalhar nas escolas reafirmando que o lugar não existia e que só no último ano existiu por via de um programa a que a Câmara Municipal aderiu para estágios profissionais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 24 votos a favor e 2 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira e Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa (26 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votámos a favor porque congratulamo-nos, obviamente, por mais postos de trabalho. Contudo e, como a Senhora Presidente teve a oportunidade de dizer, as aposentações foram na ordem das doze, treze pessoas e estamos aqui a falar numa contratação que ronda as quatro pessoas, fica portanto muito aquém do número de aposentações e verificamos que este número é sobejamente insuficiente face às necessidades que a câmara municipal tem, nomeadamente no setor operário da câmara onde se verificam graves carências. Contudo eu agora aqui vou remeter para aquilo com o que comecei e vou finalizar, que é a situação da câmara efetivamente estar manietada na sua capacidade de gestão, seja pela lei dos compromissos, como já bem sabem a CDU está contra, seja porque se vê obrigada a reduzir sistematicamente, todos os anos, 2% das contratações e se isto for continuando sistematicamente, qualquer dia os trezentos e tal trabalhadores que tem, terá uma quantidade residual de trabalhadores, mas que obviamente isso não vai acontecer. Por tudo o que disse é cada vez mais urgente, na óptica da CDU obviamente, acabar com esta política, com este governo, com estas pessoas, mas também é urgente e imperioso não deixar que outras parecidas vão para lá. Assim termino porque «tão ladrão é o que rouba como aquele que fica a ver». Portanto, nem estes nem os que tiveram antes. Se vocês não se importarem a gente gostava de experimentar.” -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Senhor presidente é sempre bom, é sempre bom um ambiente descontraído, mas isto é uma Assembleia Municipal e permita-me o apontamento que o excesso de familiaridade não traz grandes coisas à discussão dos assuntos. Só um ponto de reflexão. Eu absteve-me porque estou de acordo com a criação de postos de trabalho mas não consigo vislumbrar uma razão suficientemente forte para que a prioridade



seja numa técnica de nutrição e dietista e acompanharei com cuidado o lançamento do concurso e do caderno de encargos deste concurso.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (26 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezoito horas e vinte e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____